



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 62.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 18 de março de 2010, às 09:00 horas

Local: Auditório da FUNEDI/INESP/UEMG

Endereço: Av. Paraná, nº 3.001 – Bairro Belvedere - Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Daniel Medeiros de Souza – Presidente da Unidade Regional
2 Colegiada COPAM; Lucélio Nativo Assunção, Secretária de Estado de
3 Desenvolvimento Econômico – SEDE; Deivid Lucas de Oliveira, representante da
4 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Edécio José Caçado
5 Ferreira, Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
6 Gerais; Ronaldo de Azevedo Coimbra, representante do Departamento Nacional de
7 Produção Nacional – DNPM; Francisco de Assis Braga, representante da Associação
8 Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Camilo de Lélis André Melo, representante
9 da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do
10 Estado de Minas Gerais – Federaminas; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante
11 do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais –
12 CREA; Wellington Dias Silveira, representante da Secretaria de Estado de Agricultura,
13 Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Anaximandro Lourenço Azevedo Feres,
14 representante da PUC-Minas – Arcos; Dirceu de Oliveira Costa, representante Conselho
15 Municipal de Meio Ambiente – Codema – Pains; Carlos Edézio Caetano, representante
16 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU;
17 Roberto Soares Nogueira, representante Comitê da Bacia do Rio Pará; Marcos Antônio
18 Vilela, representante Grupo Ar – Divinópolis. A reunião foi presidida pelo Diretor de
19 Normas do Sisema, Daniel Medeiros de Souza, que leu o memorando nº
20 032/SEMAD/H/DJ, com a indicação dele para presidir a reunião. – **Item 1 - Execução**
21 **Hino Nacional Brasileiro. – Item 2 - Abertura - Daniel Medeiros de Souza de Souza**
22 **– Presidente da URC** – Cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Em seguida
23 leu uma carta elaborada pela Equipe da SUPRAM em comemoração aos 6 anos de
24 atividades da URC-ASF: “*Senhoras conselheiras e senhores conselheiros. A Unidade*
25 *Regional Colegiada do Alto São Francisco que está completando 6 anos e a SUPRAM*
26 *não poderia deixar de registrar o agradecimento sincero a cada um de vocês que estão*
27 *escrevendo a nossa história. A criação da Regional foi um marco da revolução que vem*
28 *ocorrendo na área de meio ambiente do Estado. Foram muitas conquistas até chegar*
29 *aqui, mas seria maçador de pouca utilidade enumerá-las neste momento, pois, vocês as*
30 *conhecem melhor do que ninguém. Temos a felicidade de contar, ainda hoje, com a*
31 *colaboração e a dedicação de conselheiros que tomaram posse no dia 15 de março de*
32 *2004. Eles são testemunhas de quanto o conselho evoluiu exigindo de nós estudos mais*
33 *bem elaborados para subsidiar suas decisões, o que é muito bom, pois todos saem*
34 *ganhando. Ganham os nossos profissionais que recebem mais qualificação, ganha o*
35 *meio ambiente que é menos agredido e ganha a sociedade em geral que vê o estado*
36 *investindo na melhoria da qualidade de vida do cidadão mineiro. A missão é nobre.*
37 *Embora, sem receber qualquer remuneração, os conselheiros jamais deixaram de*



38 *cumprir os seus papéis com dedicação, entusiasmo e comprometimento na solução das*
39 *questões ambientais que afligem a região, estendendo as suas preocupações além*
40 *fronteiras. Ainda não foi descoberta forma de desenvolvimento de não provoque danos*
41 *ao meio ambiente. Essa questão implica em intervenção do estado e o conselho, em seu*
42 *nome, tem respondido com sabedoria, responsabilidade e muita sensibilidade de forma*
43 *a minorar as conseqüências da intervenção humana na natureza. É notório que muita*
44 *coisa foi feita, mas somos todos concisos de que o presente está a exigir*
45 *equacionamento de questões muito complexas e maiores desafios ainda nos esperam o*
46 *futuro. Durante esses 6 anos a Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco*
47 *contou com a participação de muitas pessoas que acreditaram, persistiram,*
48 *colaboraram e ainda colaboram para o seu sucesso. Dentre essas é oportuno destacar*
49 *o empenho e a dedicação dos companheiros do IEF, Rogério Cardoso de Miranda,*
50 *Geraldo Magela da Silva e Aldrovando Evangelista Guimarães que tornaram possível a*
51 *implantação física da primeira sede do Núcleo de Apoio a Unidade Regional que*
52 *precedeu essa Superintendência. Agradecemos a todos os conselheiros e se nos for*
53 *permitido pedimos destaques especiais para os primeiros conselheiros que ainda temos*
54 *a honra de tê-los conosco. São eles: Shelley, Marcelo, Lucélio, Átila, Camilo, Roberto*
55 *Nogueira, Lessandro, Marcos Vilela e Gilson Soares. Todos nós estamos de parabéns.”*
56 Em seguida foram entregues mudas de árvores para os conselheiros. – **Item 3 -**
57 **Comunicado dos conselheiros** – Camilo de Lélis André Melo – Representante
58 Federaminas – Fez um breve comentário e demonstrou a sua indignação em relação a
59 Operação Pá de Cal, realizada nos municípios de Arcos, Pains e região. – Daniel
60 Medeiros de Souza de Souza – Presidente da URC – Solicitou que o assunto da
61 operação fosse discutido no item Assuntos Gerais. Informou que no próximo dia 24 de
62 março, as 15 horas será realizado um evento em comemoração a Semana da Água
63 juntamente com a Inauguração do Auditório Juscelino Kubistchek, na Cidade
64 Administrativa Tancredo Neves, em Belo Horizonte e convidou todos os conselheiros a
65 participar do evento. – **Item 04 – Exame da Ata da 61ª RO, 17/12/2009, em**
66 **Divinópolis** – Informou que a ata será examinada na próxima reunião. - **Item 5 –**
67 **Processo Administrativo para exame de Exclusão e/ou Inclusão de Condicionantes**
68 **de Licença: - 5.1 Mineração Castrocal Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrânea em**
69 **áreas cársticas com ou sem tratamento. Pains/MG. PA/Nº. 07928/2005/001/2006.**
70 **LP - Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF. RETORNO DE VISTAS NA 61ª RO.**
71 **Processo pelo indeferimento.** – Ronaldo Coimbra – Representante DNPM – Informou
72 que acompanhou o pedido de vistas com o Conselheiro Dirceu e que a sua decisão era
73 pela exclusão da condicionante, uma vez, que seria inviável o cumprimento dela porque
74 o empreendedor não tem como conseguir a guia de utilização na fase de Licença Prévia.
75 – Dirceu de Oliveira Costa – Representante Codema – Pains – Concordou com o
76 relatório do conselheiro Ronaldo Coimbra, do DNPM e sugeriu que os conselheiros
77 tomassem a decisão de acordo com o parecer do DNPM e do parecer técnico da
78 SUPRAM. Não havendo mais discussão foi colocado em votação e foi **APROVADO** o
79 parecer de vistas. - **Item 6 - Processo Administrativo para exame de Adendo ao**
80 **Parecer Único - 6.1 Concessionária Rodovia MG-050/S.A – Nascentes das Gerais.**
81 **Pavimentação e/ou melhoramento de rodovias. Juatuba à São Sebastião do**
82 **Paraíso/MG. PA/Nº. 12082/2005/002/2008. LO – Classe 5. Apresentação SUPRAM-**
83 **ASF. RETORNO DE VISTAS NA 61ª RO. Responsável técnico Robson Fábio**
84 **Lopes, Wanderlei Soares dos Santos Junior. Pelo deferimento.** – Dirceu de Oliveira
85 Costa – Representante Codema – Pains – Justificou a solicitação de vistas informando



86 que havia solicitado na 43ª RO inserir uma condicionante para que a empresa fizesse um
87 estudo de impacto de vizinhança, tendo em vista a instalação das praças de pedágio e
88 cobrança e a constante fuga desviando o trânsito para outras vias sem estrutura de
89 tráfego, trazendo prejuízos e transtornos para as cidades atingidas. Outra sugestão de
90 condicionante foi a apresentação de proposta de construção de barraginhas nas
91 drenagens da rodovia. Justificou que: *“uma rodovia toda pavimentada, o impacto*
92 *ambiental dela, em relação à impermeabilização é muito grande e nada mais justo*
93 *construir essas barraginhas.”* Foi sugerida a inclusão das condicionantes:
94 Condicionante 1: realizar estudo de impacto de vizinhança, em especial da fuga de
95 pedágio e propor medidas mitigadoras ou compensatórias para solução dos problemas
96 com cronograma de execução. Prazo de 180 dias. Foi aceita por todos os conselheiros e
97 SUPRAM. Condicionante nº 2: Implantar dispositivo de coleta e destinação adequada
98 de águas pluviais e lixo. Não foi aprovada pela SUPRAM justificando que seria
99 avaliado um novo projeto pelo empreendedor. - Condicionante 3: Apresentar Programa
100 de Educação Ambiental na área de influência do empreendimento conforme DN 110 do
101 COPAM e desenvolver campanhas educativas em datas comemorativas do meio
102 ambiente para os usuários da rodovia. Prazo de 60 dias. A execução somente terá início
103 após a aprovação do programa pela SUPRAM-ASF. Condicionante 4: Apresentar
104 programa de monitoramento e resgate de fauna à Gerência de Fauna do IEF através da
105 Regional, localizada na Rua Bananal, 549, Vila Belo Horizonte, Divinópolis, incluindo
106 dispositivo para travessia de animais silvestres nas áreas de preservação permanente
107 afetadas. Condicionante 5: Apresentar anuência do órgão gestor do Monumento Natural
108 Jardim do Éden em atendimento à legislação ambiental vigente. Prazo: 60 dias. Foram
109 colocadas em votação as condicionantes 1, 3 e 5 e a exclusão da condicionante 2 e
110 foram **APROVADAS**, com voto contrário do conselheiro Edécio Ferreira. –
111 Representante FAEMG. – Justificou o seu voto: *“Em relação às duas condicionantes*
112 *aprovadas eu estou de pleno acordo. Com relação à condicionante nº 5, anuência do*
113 *Parque Jardim do Éden, eu tenho um pequeno desentendimento com relação a isso, por*
114 *uma razão muito simples. Esse parque foi recentemente criado. A rodovia está*
115 *implantada há vários anos. Daqui a pouco o pessoal do Parque Serra da Canastra*
116 *resolve que a rodovia não pode passar lá porque o parque não pode ser violado. Como*
117 *vamos fazer com isso? Acho que os empreendimentos já estão consolidados não deveria*
118 *ser passíveis deste tipo de restrição.”* – Daniel Medeiros de Souza de Souza –
119 Presidente da URC – Solicitou um posicionamento do representante do empreendedor
120 sobre a condicionante nº 4. – Robson – Representante da empresa – Informou que seria
121 apresentado um programa para atender a condicionante 4. Solicitou um prazo maior
122 para a apresentação do projeto. Foi sugerido o prazo de 120 dias. Foi colocada em
123 votação a condicionante 4 sugerida pelo conselheiro Dirceu que implica na alteração da
124 condicionante 4 do anexo 1 da LO com o prazo alterado para 120 dias e foi
125 **APROVADA**. Em seguida foi colocado em votação o adendo do item 6.1 e foi
126 **APROVADO**. - **Item 7 - Processo Administrativo para exame de Licença de**
127 **Operação – Concedida “Ad referendum”:** **7.1 Linha de Transmissão em 345kv**
128 **Furnas Pimenta II e demais instalações associadas. Linhas de transmissão de**
129 **energia elétrica. Pimenta, Piumhi, Capitólio, São José da Barra e São João Batista**
130 **do Glória/MG. PA/Nº. 12701/2006/003/2009. Classe 5. Apresentação SUPRAM-**
131 **ASF. Responsável técnico pelos estudos MRS Estudos Ambientais Ltda. Favorável**
132 **a concessão. Validade 4 anos.** Foi realizada uma apresentação, pela equipe da
133 SUPRAM, com informações detalhadas sobre o empreendimento para maior



134 entendimento dos conselheiros. Após a apresentação foi colocado em votação e foi
135 **APROVADO** com abstenção do voto do conselheiro Lucélio Assunção, por ser parte
136 interessada. - **Item 8 - Processos Administrativos para exame de Licença de**
137 **Operação em caráter Corretivo** – Foi feita a leitura dos processos para manifestação
138 dos conselheiros. - **Item 8.1 Marcos Auto Posto Ltda. Posto revendedor de**
139 **combustíveis. Nova Serrana/MG. PA/Nº. 01728/2001/001/2001. Classe 3.**
140 **Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico pelos estudos Vera Lúcia de**
141 **Abreu Vilela. Favorável a concessão. Validade de 6 anos. - 8.2 Velluti Indústria e**
142 **Comércio de Calçados e Acessórios Ltda. Fabricação de calçados em geral. Nova**
143 **Serrana/MG. PA/Nº. 12195/2005/001/2009. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF.**
144 **Responsável técnico Gustavo Lamounier de Moraes, Eduardo Oliveira Bueno.**
145 **Favorável a concessão. Validade de 6 anos. - 8.3 Indústria e Comércio de Calçados**
146 **GKV Ltda. Fabricação de calçados em geral. Nova Serrana/MG. PA/Nº.**
147 **05440/2005/001/2009. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF. - 8.4 Estamparte**
148 **Serigrafia Têxtil Ltda. Serigrafia. Divinópolis/MG. PA/Nº. 00852/2009/001/2009.**
149 **Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico aqui pelos estudos:**
150 **Flávio Lucas Greco Santos. Favorável a concessão. Validade de 4 anos. Destaque. -**
151 **8.5 Cerâmica Catedral Ltda. Outras formas de tratamento ou disposição de**
152 **resíduos não listados ou não classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros**
153 **artigos de barro cozido, exclusive cerâmica. Igaratinga/MG. PA/Nº.**
154 **01830/2004/002/2009. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico**
155 **pelos estudos: Gabriela Camargos Lima. Favorável a concessão. Validade de 6**
156 **anos. Destaque. - 8.6 Licor Comércio de Resíduos e Sucatas Ltda - ME. Reciclagem**
157 **ou regeneração de outros resíduos Classe 1 (Perigosos) não especificados. Nova**
158 **Serrana/MG. PA/Nº. 11547/2007/003/2009. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF.**
159 **Responsável técnico pelos estudos: CEEL Consultoria e Análises Ambientais Ltda.**
160 **Favorável a concessão. Validade de 6 anos. Destaque para a SUPRAM para**
161 **retificação. - 8.7 Empresa de Participações Oeste de Minas e Taxi Aéreo Ltda -**
162 **Fazenda Invernadinha e Furquilha. Cultura de cana de açúcar com queima e**
163 **bovinocultura de corte. Lagoa da Prata/MG. PA/Nº. 23078/2005/001/2007. Classe**
164 **5. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico: Matergae Consultoria e**
165 **Planejamento Ambiental Ltda. Favorável a concessão. Validade de 4 anos.**
166 **Destaque também. - 8.8 Organizações Francap S/A. Industrialização da carne,**
167 **inclusive desossa charqueada e preparação de conservas. Pará de Minas/MG.**
168 **PA/Nº. 00173/1986/013/2009. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável**
169 **técnico: Aline Moraes Rocha Sousa. Favorável a concessão. Validade de 4 anos.**
170 **Destaque. - 8.9 Vasco Alves de Assis - ME. Extração de argila usada na fabricação**
171 **da cerâmica vermelha e extração de areia e cascalho para utilização imediata na**
172 **construção civil. Nova Serrana/MG. PA/Nº. 07589/2007/005/2009. Classe 5.**
173 **Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico pelos estudos: Jorge Luis de**
174 **Oliveira da Silva. Pelo indeferimento. – Foram solicitados destaques nos itens 8.4,**
175 **8.5, 8.6, 8.7, 8.8. Foram colocados em votação em bloco os itens 8.1, 8.2, 8.3, 8.9 e**
176 **foram APROVADOS. - Item 8.4 - Estamparte Serigrafia Têxtil Ltda. – Francisco de**
177 **Assis Braga – Representante ABES – Solicitou informações sobre o empreendimento se**
178 **o mesmo fora autuado por estar funcionando sem licença, por se tratar de**
179 **empreendimento classe 5 e de ter superado as etapas de LP, LI e LO. “Então, superou-**
180 **se toda essa etapa e estamos num momento final. Eu não sei, se todo empreendedor**
181 **utilizar-se desse artifício de construir primeiro e solicitar depois, eu vejo um**



182 *procedimento inadequado.”- Daniel Medeiros de Souza de Souza – Presidente da URC*
183 *– Informou: “o que acontece hoje, é que aquele empreendimento em operação sem*
184 *licença, ele deverá se regularizar com uma licença de caráter corretiva. Aquele*
185 *empreendimento em instalação sem licença, deverá se regularizar através de uma*
186 *licença de instalação em caráter corretivo. Não obstante isso, não quer dizer que nós*
187 *não vamos primeiro exigir todos os documentos e estudos daquele empreendimento que*
188 *fez LP, LI e LO. Nós vamos ter que exigir porque se tiver EIA-RIMA da LP e exigir o*
189 *PCA da LI. Nós vamos exigir todos os estudos, fazer a análise de viabilidade, corrigir*
190 *aquilo que estiver errado de controle ambiental, ou seja, nós vamos numa fase só, fazer*
191 *todas as fases. E se ao final, ficar determinado que é inviável ambientalmente,*
192 *indeferir e encerrar as atividades do empreendimento. Com relação a fases de licença,*
193 *é essa mesmo. LOC. Com relação a necessidade de autuação, eu vou pedir a SUPRAM*
194 *que verifique se esse empreendimento deve ou não ser autuado nos termos do previsto*
195 *sobre denúncia espontânea no decreto 44.844 que faz sim um corte. Para autuação*
196 *existe um corte, um decreto 44.844, eu vou pedir a SUPRAM que faça a verificação. Se*
197 *for o caso, que autue o empreendimento. É obrigação autuar.”- Camilo de Lélis André*
198 *Melo – Federaminas – Discordou sobre a autuação: “o empreendimento procurou o*
199 *órgão ambiental para ser legalizado para ser licenciado ambientalmente. Acho que*
200 *aqui nós temos que visar não é questão de multa. Multa deve ser exceção. Tem que*
201 *priorizar a legalização.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Informou*
202 *que sempre vai votar contra qualquer empreendimento que iniciar suas operações sem*
203 *licenciamento. “Eu acho que é uma conduta inadequada e essa é a minha postura.*
204 *Acredito que lei deveria rever isso, senão beneficia quem salta as etapas de LI e LP.”-*
205 *Deivid Lucas – Representante Fiemg – Discordou da condicionante 7 que solicita*
206 *instalar horímetro e hidrômetro, uma vez que o IGAM emitiu uma declaração*
207 *informando ser de uso insignificante. Informou que seu voto era contrário. – Daniel*
208 *Medeiros de Souza de Souza – Presidente da URC – Colocou em votação o processo e*
209 *foi **APROVADO** com votos contrários dos Conselheiros Francisco e Marcos Vilela e*
210 *em seguida colocou em discussão a condicionante 7. – Paula – SUPRAM – ASF –*
211 *Discordou da exclusão da condicionante. “Pedimos esses dispositivos para termos*
212 *controle e o empreendedor, da vazão que ele está explotando e do tempo que ele está*
213 *explotando. É a única forma de controle que nós temos nos poços manuais e nos*
214 *artesianos.” – Daniel Medeiros de Souza de Souza – Presidente da URC – Colocou em*
215 *votação a condicionante nº 7, instalação de hidrômetro e horímetro e a proposta do*
216 *conselheiro Deivid Lucas pela exclusão dessa condicionante. Após a votação foi*
217 *mantida a condicionante nº 7 com 3 votos contrários. – **Item 8.5 - Cerâmica Cathedral***
218 ***Ltda. PA/Nº. 01830/2004/002/2009. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF.** –*
219 *Roberto Nogueira – Representante Comitê do Pará – Solicitou que quando uma licença*
220 *for indeferida e que os problemas forem sanados que conste essa informação nos*
221 *relatórios. Foi colocado em votação o item 8.5 e foi **APROVADO**. – Maria Cláudia*
222 *Pinto – Superintendente SUPRAM – ASF – Solicitou a empresa prestadora de serviço*
223 *de sonorização que resolvesse o problema de microfonia nas reuniões. – **Item 8.6 –***
224 ***Licor Comércio de Resíduos de Sucatas Ltda.** – Paula – SUPRAM – ASF – Solicitou*
225 *fazer uma alteração na condicionante 5, no Anexo 1: “Caso a empresa venha utilizar*
226 *matéria-prima de novos fornecedores, apresentar a regularização ambiental dos*
227 *mesmos, anteriormente aos recebimentos dos produtos na mesma.” Foi colocado em*
228 *votação o parecer único do item 8.6 e foi **APROVADO**. – **Item 8.7 – Empresa de***
229 ***Participações Oeste de Minas e Taxi Aéreo Ltda** – PA/Nº 23078/2005/001/2007. –*



230 Camilo de Lélis André Melo – Representante Federaminas – Solicitou a inclusão da
231 condicionante: Que as estradas rurais de cavaleiros fossem mantidas. – Roberto
232 Nogueira – Representante Comitê do Pará – Solicitou que não fossem colocadas siglas
233 nos relatórios para facilitar o entendimento dos conselheiros. Solicitou acrescentar como
234 condicionante a comprovação de renovação da outorga pelo uso de recursos hídricos.
235 Foi colocado em votação o parecer único apresentado pela SUPRAM com a inclusão
236 das duas condicionantes sugeridas pelo conselheiro Camilo e pelo Conselheiro Roberto
237 e foi **APROVADO**. - **Item 8.8 - Organizações Francap S/A. Industrialização da**
238 **carne, inclusive desossa charqueada e preparação de conservas. Pará de**
239 **Minas/MG. PA/Nº. 00173/1986/013/2009. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF.**
240 **Responsável técnico: Aline Morais Rocha Sousa. Favorável a concessão. Validade**
241 **de 4 anos.** – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Sugeriu que fosse
242 condicionado o problema do mau cheiro gerado pela atividade atingindo a comunidade
243 do entorno. “*Eu não sei bem qual é a fase do processo industrial que gera um mau*
244 *cheiro insuportável. Sugiro que a empresa apresente uma solução para esta questão.*” –
245 Roberto – SUPRAM - ASF – Informou que a empresa está instalada desde a década de
246 60 e está na zona rural. Informou que concorda com programas de mitigação para todos
247 os empreendimentos de abate de animais. – José Andrade – Engenho 9 -Representante
248 da empresa – Discordou da posição do conselheiro e justificou que a atividade que
249 estava sendo licenciada é de industrialização da carne. “*A atividade de abate e a*
250 *atividade de processamento de subprodutos de origem animal, que é o que nós*
251 *chamamos de graxaria, esta sim é a causadora dos odores, ou seja, não tem nem como*
252 *se colocar uma condicionante num processo de licenciamento, não existe uma graxaria*
253 *quer dizer, como é que nós vamos colocar uma condicionante no processo, se aqui não*
254 *tem graxaria, a graxaria em outra atividade, em outro processo.*”– Anaximandro
255 Azevedo – Representante PUC-Minas – Leu uma parte do parecer: “*A operação*
256 *industrial se dá a partir da chegada das aves na plataforma onde através de normas*
257 *após a escaldagem, depenagem, evisceração e pré-resfriamento são transportados para*
258 *a sala de corte. As carcaças penduradas pelas coxas chegam em esteiras onde são*
259 *feitos os cortes das asas e na seqüência, realiza o corte dos peitos. Após essa fase, o*
260 *restante da carcaça é pendurado pelo dorso.*” Assegurou que o processo industrial
261 envolve a graxaria. – Camilo de Lélis André Melo – Representante Federaminas –
262 Discordou e informou que o que estava sendo votado era a atividade de industrialização
263 de carne. – Daniel Medeiros de Souza de Souza – Presidente da URC– Informou os
264 termos da condicionante: apresentar estudo técnico com proposta de minimização de
265 odores e execução conforme cronograma após aprovação pela SUPRAM. Prazo: 120
266 dias para apresentar. Colocou em votação a proposta e foi **APROVADA**. Sugeriu que
267 na primeira revalidação que venha a acontecer que seja tudo revalidado junto, o
268 empreendimento como um todo. - **Item 9 - Processos Administrativos para exame de**
269 **Revalidação de Licença de Operação - 9.1 Fundação Batista Indústria Comércio**
270 **Transporte Ltda. Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico**
271 **superficial, inclusive a partir de reciclagem. Pará de Minas/MG. PA/Nº.**
272 **01696/2002/003/2009. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico**
273 **Sérgio Santos de Souza. Favorável a concessão. Validade de 6 anos.** Foi colocado
274 em votação o parecer único apresentado e foi **APROVADO**. - **Item 9.2 Ferguminas**
275 **Siderurgia Ltda. Produção de ferro gusa. Itaúna/MG. PA/Nº. 00037/1993/007/2007.**
276 **Classe 6. Apresentação FEAM. Responsável técnico ProAmbiente Engenharia**
277 **Projetos e Consultoria Ltda. Favorável a concessão. Validade 4 anos.** – Francisco



278 de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou informações sobre a condicionante
279 10: A empresa deverá fazer o uso racional de energia e do recurso hídrico. Solicitou
280 esclarecimento quanto à comprovação do cumprimento da condicionante. – Camilo de
281 Lélis André Malo – Representante Federaminas – Sugeriu a exclusão da condicionante.
282 – Paula – SUPRAM – ASF – Respondeu que: “*O que nós propomos para o*
283 *empreendedor é que ele apresente quais as mudanças que foram feitas ou não. Se não*
284 *tiver possibilidade de fazer nenhuma mudança nesse sentido na empresa, e isso não é*
285 *obrigatório para o empreendedor. O que nós queremos é tentar fazer o uso racional.*”
286 Sugeriu excluir a condicionante 10 e deixar a de nº 11. – Eliane – ProAmbiente –
287 Consultora da empresa – Solicitou que fosse alterado o prazo de monitoramento de
288 efluentes atmosféricos de trimestral para semestral. – Daniel Medeiros de Souza de
289 Souza – Presidente da URC– Colocou em votação a revalidação da licença e foi
290 **APROVADO**. Em seguida colocou em votação a exclusão da condicionante nº 10
291 conforme solicitação do conselheiro Francisco e conselheiro Camilo e da concordância
292 da própria SUPRAM e foi **APROVADA**. Após, colocou em votação o pedido de
293 alteração da frequência do monitoramento de efluentes atmosféricos de trimestral para
294 semestral conforme solicitação da representante do empreendedor e foi **APROVADA**. -
295 Roberto Nogueira – Representante Comitê do Pará – Chamou a atenção quanto à
296 introdução de justificativa de compensação ambiental sob o argumento que siderúrgica
297 produz muito dióxido de carbono e produz danos indiretos ao meio ambiente. Esses
298 argumentos, segundo o conselheiro, são de influência da URC Paraopeba, mas na
299 opinião dele são equivocados. “*Não vejo vínculo nenhum, essas duas siderúrgicas que*
300 *estão aqui, a revalidação delas é com um RADA exemplar e elas não tem nada a ver*
301 *com isso. A justificativa da compensação ambiental me parece completamente*
302 *equivocada. Impactos ambientais, siderúrgicas causam mesmo, todo mundo sabe,*
303 *agora, justificar dessa forma me parece um erro grave e um caminho totalmente*
304 *descabido.*” Sugeriu que fossem retiradas essas informações dos pareceres técnicos
305 sobre siderúrgicas, a não ser que tivesse provas dessas empresas. - **Item - 9.3 Cia**
306 **Siderúrgica Lagoa da Prata. Produção de Ferro Gusa. Lagoa da Prata/MG. PA/Nº**
307 **0056/1984/018/2007. Classe 5. Apresentação FEAM. Responsável técnico**
308 **ProAmbiente Engenharia Projetos e Consultoria Ltda. Favorável pela concessão.**
309 **Validade 4 anos.** – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Para constar em
310 ata, questionou, novamente, quanto ao prazo antigo do parecer e com a votação sendo
311 realizada agora. – Roberto Nogueira – Representante Comitê do Pará – Informou que se
312 aplicava ao item 9.3, a mesma consideração feita por ele sobre a justificativa de
313 compensação ambiental para siderúrgicas. - Eliane – ProAmbiente – Consultora da
314 empresa – Solicitou alteração de prazo de trimestral para semestral no item 2 da
315 condicionante de monitoramento atmosférico. Solicitou, ainda, que o prazo das
316 condicionantes 9, 10 e 11 seja vinculado à parada do forno para reforma para atender a
317 necessidade da empresa, uma vez que o forno está abafado e não parado devido à crise
318 no mercado. - Diogo – SUPRAM – ASF – Informou que em relação ao prazo das
319 condicionantes 9, 10 e 11, o parecer veio da FEAM e que foram conferidos todos os
320 monitoramentos e estão dentro dos padrões. “*Só que nós estamos numa busca de*
321 *melhoramento e do monitoramento atmosférico para tentar atingir o máximo que seria*
322 *o mínimo possível dentro da legislação. Mas, se ela veio pedir eu acho que a empresa*
323 *está assumindo um risco para daqui a doze meses ela ter que parar quando pode estar*
324 *no auge, aí ela vai assumir um risco de daqui a doze meses parar. então eu acho que*
325 *dezoito meses seria um tempo bom para a empresa assumir um risco que ela está*



326 *assumindo de trocar a todo refratário e gastar o dinheiro que ela está disposta a*
327 *gastar.” - Roberto Nogueira - Representante do Comitê do Pará – Sugeriu: “Que se faça*
328 *exigência da parada do forno caso eles saiam do padrão. Se eles saírem do padrão, aí*
329 *sim, nós vamos dar um prazo para eles executarem as obras. Talvez a empresa tenha*
330 *esse cuidado e sobre essa ameaça de sair do padrão e ter que fazer, eles vão caprichar*
331 *na operação.”- Paula – SUPRAM – ASF – Informou que a posição da SUPRAM é*
332 *manter a condicionante com prazo fixado e sugeriu 18 meses. – Daniel Medeiros de*
333 *Souza de Souza – Presidente da URC– Após as discussões foram colocadas em votação*
334 *as condicionantes 9, 10 e 11 com alteração de 6 meses para 18 meses e foram*
335 **APROVADAS**. Na sequência foi colocada em discussão a questão da alteração de
336 prazo de trimestral para semestral no item 2 da condicionante de monitoramento
337 atmosférico.– Francisco de Assis Braga – Representante da ABES – Sugeriu que o
338 monitoramento fosse realizado bimestralmente. - Paula – SUPRAM – ASF – Informou
339 que o monitoramento é pré-fixado para todas as empresas. “*Temos um prazo padrão.*
340 *Nesse caso, o ganho ambiental ele vai estar na assiduidade do nosso acompanhamento.*
341 *Vamos conseguir acompanhar mais de perto os resultados dos limites do forno, se ele*
342 *está alcançando os limites ou não.” Sugeriu dilatar o prazo para 18 meses e que o*
343 *empreendedor mantivesse o monitoramento a cada 6 meses, afirmando que esse prazo é*
344 *suficiente para avaliação. – Daniel Medeiros de Souza de Souza – Presidente da URC–*
345 *Colocou em votação a condicionante do prazo de frequência do monitoramento e*
346 *efluentes atmosféricos para seis meses, do Item 9.3 e foi APROVADO. - Item 10. –*
347 **Processo Administrativo para exame de Prorrogação de prazo de Condicionante**
348 **da Licença de Operação**. Foi feita a leitura dos processos para manifestação de
349 destaque. - **Item 10.1 – Incosul Indústria e Comércio de Sucata Ltda. Reciclagem**
350 **ou Regeneração de uso de resíduos de classe 2 não perigosos, não especificados,**
351 **depósito de sucata, papel, papelão, plástico ou vidro para reciclagem. Itaúna/MG.**
352 **PA/Nº 9378/2007/001/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável**
353 **técnico pelos estudos Maria das Graças Gregório. Pelo deferimento. - Item 10.2 –**
354 **JG S/A – Serviços, Reciclagem e Aproveitamento Industrial Ltda. Reciclagem ou**
355 **Regeneração de outros resíduos. Classe 2. Não perigosos, não especificados e**
356 **Deposito de Sucata, Papel e Papelão, Plástico ou Vidro para Reciclagem.**
357 **Itaúna/MG. PA/Nº 2595/2005/002/2009. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF.**
358 **Responsável técnico pelos estudos CEEL Consultoria de Análises Ambientais Ltda,**
359 **pelo deferimento.** Foi solicitado destaque no item 10.2. Foi colocado em votação o
360 item 10.1 e foi **APROVADO**. – **Item 10.2 JG S/A – Serviços, Reciclagem e**
361 **Aproveitamento Industrial Ltda. – Carlos Edézio – Representante SEDRU –**
362 **Solicitou licença para se retirar. - Francisco de Assis Braga – Representante da ABES –**
363 **Informou que havia no processo uma solicitação de prorrogação de prazo para questão**
364 **do PTRF. Questionou: É possível executar esse PTRF prorrogando em noventa dias ou**
365 **não vão cair no período de seca e de repente inviabilizar o cronograma de execução? -**
366 **Paula –SUPRAM – ASF – Respondeu que a prorrogação do prazo era somente para**
367 **controle processual. “Somente para não perder prazo para cumprimento de**
368 **condicionante é que foi solicitado dilação de prazo, mas o PTRF em si já começou a ser**
369 **executado.”– Daniel Medeiros de Souza de Souza – Presidente da URC– Colocou em**
370 **votação o item 10.2 e foi APROVADO. - Item 11 – Processo Administrativo para**
371 **Alteração de Condicionante de Licença de Operação. 11.1 – Siderúrgica Mat**
372 **Prima Ltda. Produção de Ferro Gusa, Fundidos de Ferro e Geração de Energia.**
373 **Divinópolis/MG. PA/Nº 399/1999/008/2005. LO. Classe 5. Apresentação SUPRAM-**



374 **ASF. Responsável técnico não informado. Pelo deferimento da solicitação.** -
375 Roberto Nogueira – Representante do Comitê de Bacias do Rio Pará – Solicitou que
376 constasse nesse processo a observação feita nos itens 9.2 e 9.3 sobre a justificativa de
377 compensação ambiental para siderúrgicas. Perguntou se o empreendedor executou as
378 medidas compensatórias que estavam previstas no processo original de sala verde e
379 produção de mudas. - Elaine – SUPRAM – ASF – Respondeu que “*Ele não teve como*
380 *executar porque quando veio a proposta da medida compensatória, como veio no*
381 *processo da FEAM, apresentar proposta de compensatória, chegou para a SUPRAM*
382 *para ser aprovada e não foi aprovada, por isso o caso da alteração da condicionante.*”
383 - Daniel Medeiros de Souza de Souza – Presidente da URC – Colocou em votação, com
384 as ressalvas solicitadas pelo conselheiro Roberto Nogueira dos itens 9.2 e 9.3 e foi
385 **APROVADO.** - **Item 12 – Processo Administrativo para Exame de Adendo ou**
386 **Parecer Único. 12.1 – Recicla Comercio de Produtos Siderúrgicos Ltda.**
387 **Reciclagem ou Regeneração de outros resíduos. Classe 2. Não especificados.**
388 **Itaúna/MG. PA/Nº 4758/2005/002/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF.**
389 **Responsável técnico pelos estudos Flávio Lucas Greco Santos. Pelo deferimento.**
390 Foi colocado em votação o parecer único do item 12.1 e foi **APROVADO.** - **Item 13 –**
391 **Assuntos Gerais – Marcos Vilela – Representante Grupo AR** – Solicitou informações
392 sobre as alterações que serão realizadas no DNPM. - Não identificou – Informou que é
393 uma proposta do Ministério das Minas e Energia, de alteração do marco regulatório da
394 mineração que é o Código de Mineração. Seria criado esse novo marco regulatório a
395 Agência Nacional de Mineração. “*Na prática seria a transformação no departamento*
396 *na Agência Nacional de Mineração.*”- Roberto Nogueira – Representante do Comitê de
397 Bacias do Rio Pará – Informou que o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará
398 terminou o processo de renovação dos seus membros e todos os candidatos eleitos
399 foram homologados. Convidou a todos para participarem no dia 22 de março, em Belo
400 Horizonte, no prédio do CREA e na Praça da Assembleia, do Fórum das Águas.
401 Informou que participou do Fórum da Agenda 21 em Bambui e convidou a todos para
402 participarem da próxima reunião que será realizada dia 17 de maio. - Dirceu de Oliveira
403 Costa – Representante Codema – Pains – Comentou sobre a Operação Pá de Cal
404 realizada em Pains e região. *Sabemos da importância dos órgãos ambientais no*
405 *cumprimento da legislação ambiental. É o que está sendo feito ali naquela região, ou*
406 *seja, o restabelecimento da ordem, mas por outro lado também, já é de conhecimento*
407 *deste Conselho, através de manifestação de vários empreendedores aqui na última*
408 *reunião, na dificuldade das empresas em obter a licença ambiental, ou seja, em se*
409 *regularizar.* Salientou que a preocupação agora é o impacto social que poderá resultar,
410 também, em impacto ambiental. *Hoje, o Município de Pains tem mais de três mil*
411 *trabalhadores sem ter o que fazer. Estão desempregados. Como mesmo disse o Camilo,*
412 *nesse momento, infelizmente não contamos com a manifestação de nenhum minerador*
413 *até mesmo porque eles foram presos na operação. É uma operação traumática, vai*
414 *deixar cicatrizes no Município. É importante que se regularize, temos também*
415 *consciência disso, mas como há tempos venho falando aqui nesse conselho, noventa por*
416 *cento das empresas de mineração do Município de Pains são passíveis de*
417 *licenciamento ambiental. E há anos vem buscando esse licenciamento. Tem empresas lá*
418 *que tem parecer técnico ou parecer favorável a concessão da anuência ou concessão da*
419 *licença já há seis ou oito anos. Mas devido à burocracia que é implantada pelo Estado*
420 *e a falta de definição de competências dos órgãos ambientais eles não conseguem ter a*
421 *licença. Trago essa informação para esse Conselho e peço o apoio de todos os*



422 *conselheiros através das entidades que estão aqui representadas, para buscarmos uma*
423 *solução para isso. Precisamos restabelecer a ordem, tanto jurídica quanto a questão da*
424 *volta das atividades de forma legal desses empreendimentos, o mais rápido possível,*
425 *até mesmo temendo um impacto maior, que seja ambiental, uma vez que esses*
426 *trabalhadores amanhã, não conseguindo emprego para buscar o alimento para suas*
427 *famílias, eles podem estar instalando frentes de lavras clandestinas na região e aí o*
428 *impacto que é hoje social vai se tornar ambiental.* - Anaximandro Lourenço Azevedo
429 Feres - Representante da PUC-Minas – Concordou com o posicionamento do
430 conselheiro Dirceu. “*Não sou de Pains, mas estou em Arcos, sentimos na pele, vamos*
431 *sentir na pele os reflexos disso porque não falamos só na extração do calcário. Você*
432 *tem o transportador, você tem quem fornece alimentação para esse pessoal, você tem*
433 *uma cadeia produtiva toda que é afetada e que gera impacto social. Quem está*
434 *desempregado vai abrir frente clandestina de lavra, vai cortar madeira para vender, sei*
435 *lá, vai pescar de maneira ilegal, ou vai enveredar pela criminalidade, aí você vai falar*
436 *em furto, assalto ou o que seja, mas o impacto social que está causando é negativo.*”-
437 Ronaldo Coimbra – Representante do DNPM – Informou que não está autorizado a falar
438 em nome do departamento sobre a operação. Informou, ainda, que a participação da
439 equipe dele foi em conjunto com Polícia Federal, Polícia Ambiental, IBAMA, com
440 suporte da SUPRAM, Ministério do Exército e Ministério do Trabalho. “*As prisões*
441 *foram feitas e na minha equipe foram presos dois mineradores. Um dos mineradores foi*
442 *conduzido a Divinópolis e através de fiança, que é um crime afiançável, foi solto no*
443 *mesmo dia. O outro veio e o Delegado não lavrou o flagrante. Essas prisões que eu*
444 *acompanhei, foram feitas baseadas no crime de usurpação que é um crime que tem uma*
445 *pena mais severa do que a pena prevista nas leis de crimes ambientais. Usurpação é*
446 *retirar um bem mineral que pertence a União e para isso ele precisa da autorização do*
447 *DNPM.*”- Dirceu Costa – Representante Codema – Pains – Solicitou eficiência dos
448 órgãos ambientais: “*Agora cabe a nós que participamos, no caso DNPM, IBAMA,*
449 *SUPRAM, que fazem tanto o papel de fiscalização quanto o papel de licenciamento e*
450 *regularização também, cumprir com a outra parte. A fiscalização está acontecendo,*
451 *está sendo eficiente, agora vamos fazer com que o licenciamento seja eficiente*
452 *também.*”- Maria Cláudia Pinto – Superintendente SUPRAM - ASF – Informou que a
453 operação estava sendo planejada desde o mês de junho do ano passado, quando foram
454 coletados dados e informações. “*Isso tudo começou com alguns pedidos que foram*
455 *feitos para que providências fossem tomadas com relação a extração ilegal de calcário*
456 *na cidade, uma vez que ela estava trazendo problemas fiscais, de recolhimentos, de*
457 *tributos pelo município e problemas também de cunho de saúde pública, além dos*
458 *problemas ambientais. Diante disto, todas as entidades participadoras começaram a se*
459 *reunir para poder desenhar a operação. Muitas delas tiveram a participação do*
460 *Dirceu, do Prefeito, também do Prefeito de Pains, além do IBAMA, do DNPM,*
461 *Ministério Público Estadual e Federal, Ministério do Trabalho, Exército, Ministério*
462 *Público do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Militar de Minas Gerais, que é a polícia*
463 *ambiental e a SUPRAM. Todos esses órgãos sobre os aspectos que são inerentes as*
464 *suas atividades fizeram levantamentos de dados, copilaram esses dados e realmente*
465 *separamos quem poderia operar e quem não poderia operar. Infelizmente toda*
466 *operação é drástica, ninguém gosta dos efeitos de uma operação. Todas as entidades*
467 *estão com audiências marcadas pós operação para tratarmos justamente disso, da*
468 *questão social, da questão de regularidade, de todos esses empreendimentos. Então é*
469 *isso, amanhã vamos fechar a operação. Vamos ter um levantamento de dados, do que*



470 *foi feito, o que foi apreendido, empresas que foram fechadas, números de empregos e*
471 *etc., para trazermos para o Conselho, para a sociedade na semana que vem os dados*
472 *da operação. Agora é uma situação que qualquer operação que for feita hoje no*
473 *Estado de Minas, independente se for em Pains, ela vai trazer repercussões que não*
474 *podem ser permitidas com sacrifício de bens naturais.” – Daniel Medeiros de Souza de*
475 *Souza – Presidente da URC– Comentou sobre uma operação realizada na cidade de São*
476 *Tomé das Letras. “Quero dar um testemunho de outra operação que eu participei no*
477 *início da regionalização do nosso SISEMA que foi em São Tomé das Letras. Um lugar*
478 *pior do que Pains com relação à extração minerária, sem regularização no DNPM com*
479 *relação ao impacto ambiental não, com relação à questão espeleológica, mas com*
480 *relação à quantidade de empreendedores, etc e tal. Lá é uma situação de garimpo em*
481 *duas grandes cooperativas. É assustador. Nós hoje já temos uma situação bem*
482 *avançada em São Tomé. Depois do caos, nós conseguimos dar os insumos e eu acho*
483 *realmente que o senhor tem razão. É este o momento e desde a reunião passada aqui*
484 *dessa URC, já desencadeamos alguns contatos junto a outros órgãos ambientais que*
485 *têm um papel muito importante na região que é o IBAMA e o ICMBio. Então, eu*
486 *acredito sim, não que a operação foi feita de forma correta não, porque eu não conheço*
487 *a forma que foi feita a operação, mas eu acredito que agora temos como melhorar a*
488 *situação de Pains com relação a questão ambiental. Agora que seja uma melhora*
489 *realmente definitiva e eficaz. Não adianta começarmos uma coisa e daqui há alguns*
490 *dias estar tudo de novo na clandestinidade e aí é importante agilidade.” - Itamar –*
491 *Representante da Mineração Castrococal – Demonstrou sua indignação em relação a*
492 *operação e solicitou rapidez no processo de licenciamento. “É a pior coisa que*
493 *aconteceu ontem. Foi a coisa mais humilhante da minha vida. Fui considerado como se*
494 *fosse um bandido. Todo mundo falava assim: um mandava sair, outro mandava ficar.*
495 *Então, tive que agarrar e falar assim: vou pegar com Deus, mas vou enfrentar tudo que*
496 *tiver porque a gente não sabia o que vinha para gente. Estou pedindo a SUPRAM para*
497 *ajudar a gente a vencer essa batalha, porque a gente está há cinco anos pelejando para*
498 *conseguir uma licença. É muito difícil. Só isso. Obrigado.” – Daniel Medeiros de Souza*
499 *de Souza – Presidente da URC – Sugeriu ao empreendedor procurar a SUPRAM para*
500 *conseguir ajuda. “Se a SUPRAM puder ajudar o senhor ela tem termos de ajustamento*
501 *de conduta e o que pode ser feito, mas para isso, o senhor tem que ter alguma*
502 *autorização do DNPM que permita ao senhor a fazer a mineração. Tem que ser*
503 *verificado uma série de situações junto ao IBAMA, enfim, a SUPRAM está lá para*
504 *poder receber o senhor, ela jamais se furtará isso, deixará de fazer isso para ver o que*
505 *pode ser feito para o senhor de imediato e se não puder ser feito muita coisa de*
506 *imediato o que a gente tem que fazer para resolver isso de uma vez por todas.” Não*
507 *havendo mais a ser tratado, encerrou-se a reunião.*

508
509
510
511

Shelley de Souza Carneiro
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco